



Comissão Parlamentar de Educação e Ciência

2 maio de 2019



Após quase dois anos de fictícias negociações com as organizações sindicais, a 2 de maio de 2019 o Governo viu-se absolutamente isolado nas suas inamovíveis posições sobre a contagem do tempo de serviço congelado dos professores, na Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República.

A contabilização integral de todo o tempo (9 anos, 4 meses e 2 dias - 3411 dias) ficou claramente estipulada, assim como a contabilização dos 1027 dias (único tempo que o Governo pretendia ver reconhecido - 2 anos, 9 meses e 18 dias) através do Orçamento de Estado para 2020, com efeitos a 1 de janeiro de 2019 - desta forma fica superada a "norma-travão" orçamental e a sua eventual inconstitucionalidade. Os restantes 6 anos e meio serão negociados a partir de 2020, atendendo à sustentabilidade financeira.

Por ser considerado da esfera da negociação com a tutela e associações sindicais, as propostas do PCP e do Bloco de Esquerda que previam uma calendarização para o restante tempo de serviço, foram chumbadas pelo CDS, PSD e pelo PS (este último votou contra todas as propostas apresentadas).

Numa morosa reunião, de cerca de 6 horas, verificou-se uma histórica união entre os grupos parlamentares da esquerda e da direita, que tiveram a capacidade de ultrapassar as suas divergências ideológicas e chegar ao justo reconhecimento do evidente: todo o tempo de serviço prestado e congelado, deve ser contabilizado!

A inconstitucionalidade que o Governo pretendia impor, designadamente no que às ultrapassagens concerne, as quais iriam ocorrer à medida que cada um dos docentes progredisse, fica superada com a contabilização em simultâneo para todos os docentes.

Apesar do seu isolamento, o PS desde logo afirmou levantarem-se dúvidas constitucionais das alterações ao diploma nesta sede realizadas, estando disposto a encetar por todos os procedimentos legais para as anular. Estranho é não terem a mesma postura aquando do não cumprimento do estipulado em sede de Orçamento de Estado, quer de 2018, quer de 2019, chegando ao absurdo de legislar permitindo ultrapassagens constitucionalmente proibidas! Aqui reside a verdadeira crise política!

Na manhã seguinte, houve lugar a uma reunião de emergência do Governo, seguida de reunião do Primeiro-Ministro com o Presidente da República. Com a aprovação na votação final global do novo diploma dos professores, o Governo ameaça demitir-se!